



EXISTE VOZ MÉDIA NO PORTUGUÊS?¹
(MIDDLE VOICE: DOES IT EXIST IN PORTUGUESE?)

Roberto Gomes CAMACHO (Universidade Estadual Paulista – São José do Rio Preto)

ABSTRACT: *Middle voice indicates a flexional category of classical indo-european languages with the function of expressing events in which the action or state affects the subject of the verb or his interests. In Portuguese there is a set of predicates, formally identified by the anaphorical and non-coreferential use of the pronoun se, which supports the notion of middle diathesis. This paper aims to provide evidence of formal and semantic conditions that allow to distinguish middle constructions from reflexive-reciprocal ones.*

KEYWORDS: *voice, diathesis, middle voice.*

0. Considerações iniciais

Por voz (*genus verbi*, diátese), entende-se a forma que o predicado verbal assume para representar sua relação com o argumento na função de sujeito. Tratando especificamente das línguas clássicas indo-européias, diz Benveniste que a diátese “denota uma certa atitude do sujeito relativamente ao processo, e por meio dessa atitude esse processo se encontra determinado no seu princípio” (1976, p. 185).

O português não recorre ao uso de formas morfológicamente sufixadas na base verbal, comuns nas línguas clássicas; mesmo assim, é possível associar construções sintáticas com diferentes funções semânticas, similares à diátese formal das línguas indo-européias clássicas.

Arce-Arenales *et al.* (1994) defendem a hipótese de que línguas nominativo-acusativas, como o português, tratam sujeitos sintaticamente ativos ou como semanticamente afetados ou como semanticamente não-afetados. As sentenças com sujeitos sintaticamente ativos e semanticamente não-afetados são classificadas como construções de voz ativa e as sentenças com sujeitos sintaticamente ativos e semanticamente afetados, como voz média.

A hipótese dos autores se baseia em Klaiman (1988), segundo o qual ao sujeito só se permitem dois estatutos conceituais, o de ‘controlador’ e o de ‘entidade afetada’, cabendo a uma alternância formal na morfologia verbal indicar qual dos dois estatutos é atribuído ao sujeito da sentença. Klaiman se refere a essas formas alternadas como *diátese* e o sistema ao qual pertencem como *voz*. (*op. cit.*, p. 26-27).

É grande a tentação de limitar a medialidade às construções ergativas, como o *vaso se quebrou*, em que a afetação do sujeito é o traço mais distintivo; mas, se por um lado, as ergativas não implicam necessariamente a presença de causador externo, também, por outro, o verbo pronominal monovalencial não implica necessariamente

¹ Este trabalho desenvolve parcialmente o projeto de pesquisa *Tipologia das Construções de voz e Ponto de Vista* (CNPq – Processo 301185/92-1)



eventos dinâmicos não-controlados. Seu uso no português é central também em predicacões controladas, em que uma entidade agentiva opera sobre si mesmo, como em *levantar-se, virar-se, ajoelhar-se*; é também central em processos cognitivos que acarretam a participação de entidades experienciadoras, como em *lembrar-se, esquecer-se* etc.

É a esperança de que haja a possibilidade de dar um tratamento unificado a esses casos que dirige os objetivos deste trabalho. Uma boa justificativa está no fato de que mesmo nas línguas clássicas indo-européias, como grego e sânscrito, que reconhecem explicitamente a oposição ativo/médio, não se podem ignorar classes inteiras de verbos que só admitem uma única desinência de voz ativa ou de média.

Após alistar verbos do latim, do grego e do sânscrito que são somente ativos e que são somente médios, Benveniste (*op. cit.*) deduz haver a atuação do princípio de uma distinção lingüística, referente à relação entre o sujeito e o processo (talvez melhor *estado de coisas*): “No ativo, os verbos denotam um processo que se efetua a partir do sujeito e fora dele. No médio, que é a diátese que se definirá por oposição, o verbo indica um processo do qual o sujeito é a sede; o sujeito está no interior do processo” (*op.cit.*, p. 187). E, vale acrescentar, essa definição se aplica indiscriminadamente, a despeito da natureza semântica do predicado, de modo que verbos de ação, processo e estado acabam sendo igualmente representados nas duas classes. É esse princípio que nos leva a pensar que construções tipicamente processivas, como as ergativas, não podem abranger sozinhas todos os casos de voz média no português.

1. Distinções formais entre construções médias e reflexivo-recíprocas

O uso do mesmo marcador aproxima as construções médias das reflexivo-recíprocas; mas, diferentemente destas, nas médias, o clítico não permite, por um lado, comutações com outros termos possíveis no mesmo paradigma e, por outro, não estabelece com o sujeito uma relação semântica de correferência e sintática de coindexação, o que só seria possível se houvesse duas posições estruturais disponíveis para serem preenchidas por SNs referencialmente idênticos.

O correlato morfossintático de uma construção média são sentenças com verbos intrinsecamente pronominais cujo clítico já não representa nenhum participante no esquema valencial. O efeito semântico está no fechamento do predicado sobre seu sujeito, valor que já se supõe estar presente na construção reflexivo-recíproca. A diferença, entretanto, é que, nesta, o clítico é, simultaneamente anafórico e correferencial ao sujeito, enquanto, na média, o clítico é somente anafórico, conforme se observa em (1a-b) e (2a-b):

- (1) a. *Eu me feri com a faca.*
b. *Eu o feri com a faca.*

- (2) a. *João se levantou.*
b. *João levantou a pedra.*



Diferentemente dos reflexivos, não há comutação plausível entre o clítico e outro SN com manutenção de compatibilidade semântica, como comprovam os exemplos contidos em (1a-b) e (2a-b) acima. Segundo Benveniste (*op. cit.*), ser o sujeito, ao mesmo tempo, centro e ator do evento (diátese interna) é condição para a construção média. É natural, portanto, que, quando o sujeito for ator e exterior ao evento, haja secundariamente uma forma ativo-transitiva do verbo; o evento não sendo dirigido ao sujeito, é transferido a outro termo, que, nesse caso, é o objeto, o que ocorre com (2b).

Apesar de o marcador de voz média do português ser, por definição, o clítico reflexivo, podem ocorrer alternativas não-clíticas, mesmo num *corpus* mais formal, como as entrevistas do NURC:

- (3) a. *todo o terreno da vizinhança já valorizou* (D2-RJ-355)
b. *o dia que você tiver verba pra consertar a torneira da tua escola...o vidro da janela que quebrou* (D2-RJ-355)

Parece que, à caracterização semântica própria de medialização, o português falado vem acrescentando uma distinção gramatical nada desprezível: somente construções médias permitem a tão propalada omissão do clítico, que é, nesse caso, o morfema marcador, conforme se observam nos casos abaixo:

- (4) a. *Maria curvou um pouco mais para ver melhor o animal.*
b. *Maria ajoelhou para rezar.*

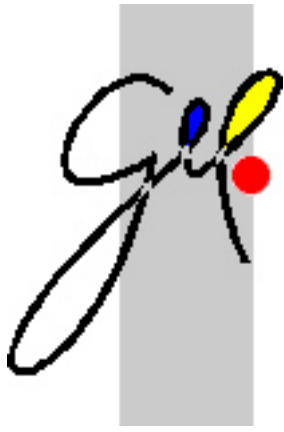
Nos exemplos acima assinalados, aparecem predicados que representam movimento não-translocacional (4a) e mudança na postura corporal (4b). Todos prescindem funcionalmente do clítico por duas razões: 1) se não há objeto, a ação se volta para o sujeito, o que motiva um vestígio de reflexivo, que o clítico *se* ainda manifesta; todavia, paradoxalmente, a intuição de que o clítico não funciona como autêntico reflexivo também torna gradualmente obsoleto seu uso.

Já com predicados agentivos que implicam intencionalidade, como *matar* (podem-se mencionar também *ferir*, *cortar*, *machucar*), a ausência do clítico na função reflexiva parece tornar completamente impensável a construção (5), embora um equivalente semânticamente mais específico e tipicamente médio, como *suicidar-se* em (6), prescinda do clítico nas variedades faladas informais

- (5) *?João matou(-se) na semana passada*

- (6) *João suicidou na semana passada.*

Esse fatos sintáticos encaminham a discussão para um aspecto interessante, de natureza tipológica. A maioria das línguas dispõem de um marcador especial para indicar que o Agente e o Paciente (ou funções semânticas análogas envolvidos num evento) constituem uma única e mesma entidade. Ao observar a relação formal entre marcadores mediais e reflexivos em línguas com marcação medial, Kemmer (1994) mostra que é possível inseri-las num número limitado de classes tipológicas básicas.



Assim, há 'sistemas de forma única', como o alemão e, nesse caso, também o português, em que o marcador médio é idêntico ao marcador reflexivo. Num outro tipo de línguas, que se pode rotular 'sistema de forma dupla', como o russo, o marcador de reflexividade (MR) é uma forma similar, mas não exatamente idêntica ao marcador de medialidade (MM). Nesse caso, o MR é uma forma nominal ou pronominal, enquanto o MM é um afixo verbal, embora haja línguas desse tipo em que ambos os marcadores são afixos verbais.

O que é comum a todos os sistemas desse tipo é que o MM apresenta menos substância fonológica que o MR, seja quanto ao número de segmentos, seja quanto ao grau de dependência fonológica com o radical verbal, respectivamente 'forma leve' (light form) e 'forma pesada' (heavy form) (cf. Kemmer, *op.cit.*, p. 188).

É possível que a distinção gramatical entre construções médias e reflexivas venha a traduzir-se, respectivamente, na ausência e na presença do clítico e, nesse caso, o português estaria desenvolvendo um sistema de marcação dupla, similar ao russo. É um tanto forçado chamar o clítico reflexivo de forma pesada, já que, como clítico, é por definição átono e, portanto, foneticamente leve. Por comparação, entretanto, a forma pesada teria manifestação fonética, que seria ausente na leve.

Essas distinções formais oferecem um bom indício para postular-se a existência de uma categoria morfossintática de voz média. É necessário, entretanto, verificar se esses tipos de predicados têm algum traço semântico comum que permita identificá-los como membros de um paradigma unitário. É o que se passa a fazer.

2. Análise semântica da medialidade

Em sua análise tipológica, Kemmer (*op.cit.*) mostra que as construções de voz média fazem parte de um vasto domínio semântico, que inclui, de modo regular nas diversas línguas, os seguintes tipos específicos de estados de coisas: cuidados corporais, como *vestir-se*, movimento não-translacional, como *virar-se*, mudança na postura corporal, como *levantar-se*, *sentar-se*, eventos reciprocamente naturais, como *abraçar-se*, *casar-se*, ações emocionais, como *lamentar-se*, eventos espontâneos, como *originar-se*.

Tomando por base os tipos de situação acima sugeridos, é possível identificar nos verbos de cuidado corporal, como *vestir-se*, nos de movimento não-translacional, como *virar-se*, e nos de mudança de postura corporal, como *levantar-se*, a característica semântica de acarretarem a fusão no sujeito dos papéis de Agente e Processado (cf. Dik 1989). O mesmo se aplica outros tipos situação que envolvem verbos de comportamento, como *conduzir-se*, *comportar-se*, *portar-se*. Verbos naturalmente recíprocos, como *abraçar-se*, fundem os papéis de Agente e Beneficiário; observe-se, a esse propósito, as construções de (7a-b).

- (7) a. *João abraçou a mulher, antes que ela caísse de vez.*
b. *João abraçou-se à mulher, antes que ele caísse de vez.*

A sentença (7b) contém um verbo tipicamente médio cujo complemento preposicionado não funciona semanticamente como Beneficiário, no caso, da ação de



José, como é o caso de *a mulher* em (7a); funciona muito provavelmente como um Instrumento (meio de suporte), já que o Beneficiário passa a ser o próprio Agente, ambos fundidos no sujeito *João*.

Verbos inerentemente reflexivos, como *suicidar-se*, fundem Agente e Processado. Os verbos ergativos derivados de causativos, como *fechar-se*, *quebrar-se*, incluindo os de processo psicológico, como *assustar-se*, *impressionar-se*, *irritar-se* e outros não derivados de causativos, como *arrepender-se*, *lembrar-se*, *esquecer-se*, fundem as funções de Processado e Experienciador.

A fusão de dois papéis semânticos numa única entidade referencial está correlacionada a outra propriedade semântica, ligada a um princípio denominado por Kemmer (*op. cit.*), de 'relativa elaboração de eventos', um esquema mais generalizador, que retraduz a concepção de transitividade prototípica, sugerida por Givón (1994), com base no estudo sobre transitividade de Hopper & Thompson (1980).

Como as línguas em geral assimilam outros tipos de eventos que não envolvem necessariamente transmissão de energia física, como os prototipicamente transitivos, Kemmer (*op.cit*) considera o grau em que a elaboração lingüística de um estado de coisas toma por base o ponto de vista de um participante que "inicia" o evento para um segundo participante, que é o alvo ou "ponto de chegada" do evento.

Com base num postulado de Haiman (1983) sobre a separação conceitual que o falante opera mentalmente no grau de individuação dos participantes, Kemmer (*op. cit.*) elabora o princípio, por ela denominado *relativa distintividade dos participantes*, segundo o qual uma entidade única físico-mental pode ser conceitualmente distinguida em diferentes participantes. O esquema abaixo representa essa escala :

$$\begin{array}{ccccccc} \text{Evento de dois participantes} & \text{Evento reflexivo} & \text{Evento médio} & \text{Evento de um participante} & & & \\ + & & & & \text{-----} & & - \\ & & & & \text{Grau de distintividade dos participantes} & & \end{array}$$

Um evento de dois participantes se caracteriza cognitivamente pela existência de dois distintos participantes preenchendo dois papéis semânticos numa interação ou relação assimétrica. Embora no evento reflexivo e no médio se evoquem, como no evento de dois participantes, dois papéis semânticos separados, estes convergem para uma única entidade referencial. Em virtude dos distintos papéis que evocam, os eventos reflexivo e médio denotam relações internamente complexas, mas o primeiro implica uma diferenciação conceitual da entidade referencial em subpartes discretas, enquanto o segundo prescinde dessa diferenciação; desse modo, o evento médio está mais distante do evento de dois participantes que o reflexivo.

Dado que a função prototípica dos marcadores reflexivos é assinalar correferencialidade de participantes que constituem entidades normalmente distintas, tem sentido analisar o evento reflexivo como o tipo de situação em que se mantém alguma separação entre Iniciador e Ponto de Chegada. Além disso, nos eventos reflexivos, o Iniciador atua sobre si mesmo do mesmo modo como atuaria sobre outra entidade dele distinta e a função do marcador é simplesmente assinalar o fato de que diferentes papéis são exercidos pela mesma entidade. A função do marcador médio, ao contrário, é indicar que dois papéis semânticos, o de Iniciador e o de Ponto de Chegada, referem-se a uma entidade holística, sem aspectos conceitualmente diferenciados (cf.



Kemmer, *op. cit.*, p. 207).

Quanto à marcação formal, os fatos discutidos parecem reforçar a idéia de que ao ativar o princípio cognitivo de distintividade dos participantes, omitindo ou manifestando foneticamente o clítico, o falante aciona, correlativamente, o princípio de iconicidade, segundo o qual, quanto maior a distintividade, mais forte a marcação. Nesse desdobramento, parece também aplicar-se o postulado funcionalista de que a gramática emerge do uso e, no caso da distinção entre construções médias e reflexivo-recíprocas, o uso das formas está voltado para a ativação de princípios semânticos com os quais a gramática parece correlacionar-se harmoniosamente.

RESUMO: A voz *média* designa uma categoria flexional das línguas clássicas com uma função de expressar eventos em que a ação ou o estado afeta o sujeito do verbo ou seus interesses. O português dispõe de um conjunto de predicados, formalmente identificados pelo uso anafórico e não-correferencial do pronome *se*, em que se sustenta a noção de diátese medial. O objetivo deste trabalho é fornecer evidências de condições formais e semânticas que distinguem construções médias de reflexivo-recíprocas.

PALAVRAS-CHAVE: voz, diátese, voz média,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCE-ARENALES, M. *et al.* (1994). Active voice and middle diathesis: a cross-linguistic perspective. In: Fox, B, Hopper, P.J. *Voice: form and function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 1-22.
- BENVENISTE, E. Ativo e médio no verbo. In: *Problemas de lingüística geral*. Trad. São Paulo: Ed.Nacional/Ed. da USP, 1976, p.183-191.
- DIK, S C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- GIVÓN, T. The pragmatics of de-transitive voice: functional and typological aspects of inversion. (Introduction). In: ____ (ed.) *Voice and Inversion*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1994, p. 3-46.
- HAIMAN, J.. Iconic and economic motivation. *Language* (Baltimore), v. 59, 1983. p. 781-819.
- HOPPER, P. J. , THOMPSON, S.A.. Transitivity in grammar and discourse. *Language* (Baltimore), v. 56, 1980, p. 51-299.
- KEMMER, S.. Middle voice, transitivity and the elaboration of events. In: Fox, B, Hopper, P.J. (Ed) *Voice: form and function*. Amsteram/Philadelphia: John Benjamins, 1994, p. 179-230.
- KLAIMAN, M.H. Affectiveness and control: a typological study of voice systems. In: Shibatani, M. (ed.) *Passive and voice* [Typological studies in language, v. 16] Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988.